

Artigo de opinião

De Lúcio Neto Amado

Título: **A CULTURA COMO A VEMOS ?!**

A Cultura no nosso solo pátrio aparenta ser, por vezes: “*humilde*”; “*inculta*”; “*cega*” e “*(des)pretensiosa*”.

Partindo do sacrossanto princípio que proclama que não há cultura sem um povo; sem uma comunidade; sem um povo lá dentro, a cultura tem um figurino onde cabem experiências e registos para todos os gostos.

A Cultura como quase todos os segmentos administrativos, desportivos e sociais em São Tomé e Príncipe foi atirada, reduzida e acomodada, numa *camisa-de-forças* poderosa que é a POLÍTICA. A política no nosso país é, na actualidade, quem impõe, de uma forma implacável, a lei na sociedade. Quer sejam familiares directos, casais, filhos, ou outros cidadãos que constituem andaimes fundamentais da instituição Família encontram-se bloqueados por causa dessa incomensurável ideia que é a política. A noção de equilíbrio parece estar ao arredo dos cidadãos lúcidos da nossa sociedade.

Vamos partir para a discussão em torno das expressões: “*humilde*”; “*inculta*”; “*cega*” e “*(des)pretensiosa*” associadas à cultura.

Em São Tomé e Príncipe os detractores da cultura aparentam utilizá-la de acordo com os seus interesses, acoitados no seio de um grupo de indivíduos, arregimentados: num Partido Político; num Governo; num Movimento identificado como “Cívico”; num Grupo de Intelectuais e, no limite no designado “Povo-em-geral”.

A cultura é “*humilde*”, porque ela encerra princípios que vão para além da vaidade suprema em cuja *feira* ou *feiras*, cabem todos os indivíduos, enquanto cidadãos de um determinado grupo organizado ou não!

Não podemos deixar passar em claro a condição inqualificável de compatriotas nossos que, não estão registados e, por conseguinte, não são considerados cidadãos, à luz da Lei Internacional, consubstanciada na Carta da ONU e também pela esmagadora maioria das Constituições Políticas das Nações. Existe em São Tomé e Príncipe um número significativo de crianças, jovens e até de adultos – cuja percentagem se desconhece – que não constam em qualquer tipo de registo oficial. Não têm, por conseguinte, qualquer voz identificada.

Todos nós, independentemente da nossa formação académica, da nossa crença religiosa, do clube (desportivo) do nosso coração, temos algo dentro de nós que a Antropologia identifica como sendo Cultura. A cultura ajuda-nos a ter uma cédula pessoal; um bilhete de identidade e um passaporte.

A humildade no nosso país advém do facto de sentirmos uma voz, metaforicamente falando, que vem dentro do nosso corpo, que nos orienta e nos diz para sermos felizes à nossa dimensão, sobretudo quando ouvimos o som longínquo de uma *Batucada* que emerge da savana profunda e misteriosa; os sons do *Djambi*; as melodias cadenciadas da *Ússua* e da *Rumba*, São-tomenses; da *Dêxa* da ilha do Príncipe; do *Quiná* de São João dos Angolares; de uma orquestra sinfónica sabendo a Wolfgang Amadeus MOZART; Ludwig Van BEETHOVEN; ou Johann Sebastian BACH.

A cultura é “*inculta*” por vários motivos. Um deles tem a ver com os meandros pedagógicos da Educação pública que não consegue dar cabal resposta aos anseios de uma franja significativa da população. A massificação do ensino foi um passo gigante conquistado com a obtenção da independência nacional. O salto seguinte deve passar pela procura da melhoria e da qualidade do sistema de ensino. A melhoria passa, entre outros, pela introdução de autores/escritores(as)/poetas/poetisas, no currículo das nossas Escolas. O mesmo se passa com a Introdução à História de São Tomé e Príncipe e, da criação de Licenciaturas em Psicologia, Belas Artes e Ciências Musicais.

Os Programas (?) dos sucessivos governos nestes 44 anos de independência, também não ajudam muito. É como se a maior parte, para não dizer quase todos os Governos da República, nunca apresentaram Políticas de Cultura para o país.

Os discursos circunstanciais dos governantes encerram timidamente, aqui e acolá, ideias vãs sobre a Cultura São-Tomense, sob o manto diáfano do “*Politicamente Correcto*”, nos dias e nas cerimónias solenes.

Por outro lado, nunca se sabe qual é o *bolo* monetário que a rubrica do Orçamento Geral do Estado (OGE) reserva à Cultura. O discurso gasto que evoca cinicamente «*as gerações vindouras*» não passa de uma falácia e de um lugar-comum.

Quanto à Introdução à História de São Tomé e Príncipe, ainda não temos estudiosos que se dedicam a fazer investigação para se construir manuais escolares para as nossas Escolas Secundárias. As Universidades não são, disso excepção. Existe, contudo, no país, uma Escola Privada que tem no seu currículo e, lecciona a disciplina de História e Geografia de São Tomé e Príncipe... sintomático!!

Defendemos em artigos de opinião – Jornal Tela Non: “*Carta aberta às Instituições do Ensino Superior São-Tomense*” de 2 de Dezembro de 2014; “*Ensino Superior em São Tomé e Príncipe – Quo Vadis ?*”, de 11 de Junho de 2018 – a introdução da Língua Portuguesa nos cursos e currículos de Licenciatura, sem excepção, ou seja, do 1.º ao 4.º anos. De igual modo defendemos que sejam incluídas as cadeiras de: Educação para a Cidadania, no 1.º ano dos Cursos e, de História de São Tomé e Príncipe, no 4.º e último ano de todas as Licenciaturas; da Educação Física e Desporto, passando pelas Engenharias; Línguas e Literaturas...

As línguas nacionais estão muito maltratadas no seu todo e, atrevemos a dizer, moribundas. Abrimos um parêntesis para saudar a visão das autoridades da Região Autónoma do Príncipe que introduziram, o Lunguié, leccionada a partir do Jardim de Infância até ao 12.º ano de escolaridade. Isto é o que se pode classificar de uma *pedrada no charco*, no nosso arquipélago.

As outras línguas nacionais caminham a passos largos para o museu do esquecimento. O Forro e o Angolar estão a ser engolidos pela nossa bacoca ignorância. As congregações religiosas fazem mais para a preservação das línguas nacionais do que o próprio Estado, que parece ter-se retirado receosamente dessa angustiante realidade.

A cultura é “*cega*” porque ela parece ignorar deliberadamente o nosso passado no que diz respeito ao Património Nacional, orgulho de todo o cidadão.

Ainda não conseguimos arranjar mecanismos que nos ajudem a preservar o rico e valioso Património que nos foi legado ao longo da história colonial, pelos povos que debandaram o nosso arquipélago como escravos, labutando de sol-a-sol, nas Roças do Café e do cacau de outrora. Falamos concretamente dos angolanos, moçambicanos e cabo-verdianos que ajudaram a criar riqueza em São Tomé e Príncipe.

Desde logo, temos o que ainda resta das antigas Roças. O esqueleto dos edifícios teimam em manter-se em pé, apesar das intempéries a que estão sujeitos, nomeadamente da chuva, da trovoadas, e fundamentalmente da voragem dos predadores conhecidos e identificados do nosso país, que esventram os edifícios – exemplo disso é o assalto premeditado ao Hospital da Roça Rio do Ouro – para retirar madeira preciosa, telhas, janelas, tábuas, para as suas residências palacianas e modernas Vilas.

O Museu sito na Fortaleza de São Sebastião – obra construída em 1575 – está a cair aos bocadinhos. Chove lá dentro, os legados patrimoniais antigos desapareceram levados por colecionadores (?) furtivos que gostam de objectos antigos... Estes objectos resultaram da recolha de peças de arte das propriedades agrícolas; dos documentos históricos e artísticos; dos departamentos públicos e residências do Estado colonial; da Câmara Municipal de S. Tomé; da Câmara Eclesiástica da Diocese de S. Tomé, entre outros.

Os nossos edifícios antigos deviam ter uma «protecção» estabelecida na Lei do Património Nacional. Essa Lei deve, provavelmente existir numa das esquecidas páginas do nosso Diário da República.

O imponente edifício da Câmara Municipal de São Tomé e Príncipe e a sua magnânima escadaria, tomado provisoriamente pelo Governo deve ser restituído de imediato, a edilidade da Capital. É o local, por excelência, onde se organizam cerimónias solenes para homenagear e dar as boas vindas aos visitantes destacados e ilustres que desembarcam no nosso país. É, geralmente oferecido, simbolicamente, a *Chave da Cidade*. Por esse facto, lançamos um respeitoso e singelo pedido ao(s) Governo(s) que construa prioritariamente um edifício de raiz para acolher o Conselho de Ministros e sede do Primeiro Ministro e Chefe do Governo. O Banco Central e o Tribunal de Contas são exemplos acabados desse desiderato. O mesmo se aplica à Região Autónoma do Príncipe que deve construir um edifício de raiz para albergar as Repartições Públicas.

Outros edifícios como o das Finanças; o edifício dos antigos C.T.T.; o descaracterizado prédio da marginal construído pelo Banco Nacional Ultramarino; o edifício que fica à seguir à Rádio Regional do Príncipe; o edifício do Sporting Clube do Príncipe; a Aerogare do antigo aeroporto de São Tomé; devem ter estatuto de Património Nacional. O Mercado Municipal; os edifícios da Praça de Táxis; o edifício da loja Correia Baxá (junto à loja Intermar); a Alfândega de São Tomé, para não citar outros estão no estertor da «morte» física.

A cultura é “(des)pretensiosa” porque ela não tem qualquer pretensão de ombrear com rigidez e fixar as balizas que distinguem os cultos dos menos cultos; os donos da verdade de tudo saber sobre a cultura, daqueles que têm um limitado conhecimento dos meandros culturais; os que residem no território e viajam e os que vivem no exterior e veem um mundo mais desenvolvido e mais organizado. Esta formulação aponta sobretudo para grupelhos identificados de São Tomé e do Príncipe traduzida na gíria popular como «NÓS POR CÁ», ou seja, os residentes no território e os que são designados por «NÓS POR LÁ», os chamados elementos da diáspora que se deslocam, amiudadas vezes ao país e, não se pronunciam, pelo menos em surdina, acerca do estado lastimável da nossa Cultura.

A Vila da Trindade, hoje, pomposamente designada de Cidade da Trindade, berço da nossa nacionalidade cultural, cívica e económica, local de nascimento de grandes figuras da nossa História, possui dois esqueletos de edifícios que só se mantêm em pé,

dada a sólida estrutura com que foram construídos. Falamos da Escola Velha e da Associação dos Socorros Mútuos. O primeiro local onde estudaram muitos São-Tomenses e que está abandonada – ver a pág., 89 do livro «*História da Educação no Arquipélago de São Tomé e Príncipe*», de 2017 – à sua sorte. Edifício pertença do Estado deve albergar a Biblioteca da Cidade dando-se a sua administração e guarda à Câmara Distrital. O outro edifício, mesmo no centro da cidade que continua a resistir a tudo e a todos, fazendo jus da utilidade pública que teve nos tempos áureos, deve transformar-se num Centro Cultural da Trindade, com auditórios para concertos musicais; para a representação teatral; para conferências. Uma galeria de artes plásticas fará toda a diferença.

Curiosamente, São Tomé, a 1.ª cidade do arquipélago e Santo António, a 2.ª cidade localizada na ilha do Príncipe, ambas não dispõem de jardins públicos; de um Cinema; de um Teatro; de uma Biblioteca digna desse nome. Livrarias, também primam pela ausência. Não se vislumbra uma loja ou quiosque que venda instrumentos musicais, nomeadamente, gaitas-de-beiços, guitarras ...

Não temos um Estádio de Futebol nem em São Tomé, nem no Príncipe. Teimamos em exhibir e chamar aos campos de bola, de Estádio de Futebol. Não dispomos de uma piscina, de um pavilhão gimnodesportivo, nem de um ginásio, instalações que os nossos irmãos dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) exibem com orgulho e com alegria de terem espaços específicos para a prática desportiva dos jovens e dos cidadãos adultos que praticam actividade física e desportiva, nas horas de lazer. Fruto desse investimento, todos os PALOP albergam Jogos internacionais, programados pelas entidades desportivas do Continente africano.

Estes são, no fundo, fragmentos de uma reflexão que o autor faz com os seus botões, nas horas de lazer, fumando o seu «*Djessu*» (cacimbo na língua Forro) e que pretende partilhar com os compatriotas.